



órgão ambiental competente e observância às regras hidroviárias; de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48408.880269/2012-50, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 146/DIRE/DGTM-2014, de 18 de agosto de 2014, e a Nota SAAI-AP nº 162/2014-MF, expedida com ressalva.

Nº 148 - Dar Assentimento Prévio à empresa MINERAÇÃO ANTENA DOURADA Ltda., CNPJ nº 06.016.107/0001-04, para pesquisar minérios de cobre e ferro em 2 (duas) áreas distintas de 1.976,40ha e 1.734,19ha, totalizando 3.710,59ha, nos municípios de Corumbá, Jardim e Porto Murtinho, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul, condicionado ao acompanhamento do órgão ambiental competente e observância às regras hidroviárias; de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48400.001256/2006-51, 48423.868296/2012-66 e 48423.868328/2012-23, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 145/DIRE/DGTM-2014, de 18 de agosto de 2014, e a Nota SAAI-AP nº 163/2014-MF, expedida com ressalvas.

Nº 149 - Dar Assentimento Prévio à CLECILDA DALA COSTA BACH, CPF nº 861.088.329-91, para pesquisar argila e água mineral, em uma área de 169,71ha, nos municípios de Rio Bonito do Iguçu e Saudade do Iguçu, na faixa de fronteira do estado do Paraná, condicionado ao acompanhamento do órgão ambiental competente e a observância às regras hidroviárias, de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48413.826103/2014-81; a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 127/DIRE/DGTM-2014, de 25 de julho de 2014, recebido em 1º de agosto de 2014, e a Nota SAAI-AP nº 164/2014-MF, expedida com ressalvas.

Nº 150 - Dar Anuência Prévia ao MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA para aprovar a proposta do Plano de Manejo da Reserva Extrativista Barreiro das Antas, inserida na faixa de fronteira do estado de Rondônia, considerando o disposto no art. 2º, parágrafo único, do Decreto nº 4.411, de 2002; de acordo com a instrução do Processo Administrativo ICMBio nº 02070.001555/2008-36; a Nota Técnica nº 34/2014-COMAN/CGCAP/DIMAN/ICMBio, datada de 8 de maio de 2014; o Aviso nº 97/2014-GM/MMA, de 18 de agosto de 2014; o Ofício nº 661/2014-GABIN/PRESI/ICMBio, de 12 de setembro de 2014, e a Nota SAAI-AP nº 165/2014-MF.

Nº 151 - Dar Assentimento Prévio à empresa IMS ENGENHARIA MINERAL LTDA., CNPJ nº 07.817.106/0001-21, com sede na Rua Fernandes Tourinho, nº 487, Sala 702-A, bairro Funcionários, no município de Belo Horizonte/MG, para estabelecer-se na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso; de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48400.001810/2006-09, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 122/DIRE/DGTM-2014, de 25 de julho de 2014, recebido em 1º de

agosto de 2014, e a Nota SAAI-AP nº 166/2014-MF, expedida com ressalvas.

Nº 152 - Dar Assentimento Prévio à COOPERATIVA DE EXTRATIVISMO MINERO ARTESANAL DE RORAIMA - MINERAR, CNPJ nº 11.780.057/0001-77, para, sob Regime de Permissão de Lavra Garimpeira, lavrar minério de ouro, em 2 (duas) áreas distintas de: 0,04ha e 4.385,61ha, totalizando 4.385,65ha, no município de Amajari, na faixa de fronteira do estado de Roraima, condicionado ao acompanhamento do órgão ambiental competente e observância às regras hidroviárias; de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48424.984031/2012-02, 48424.884109/2012-81 e 48424.884063/2013-81, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 157/DIRE/DGTM-2013, de 10 de setembro de 2014, e a Nota SAAI-AP nº 167/2014-MF, expedida com ressalvas.

Nº 153 - Dar Assentimento Prévio ao INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA para proceder à legitimação de posses na Gleba nº 2 do Imóvel Terreno Iguassu, com área de 411,8346ha, localizada no município de Santa Terezinha de Itaipu, na faixa de fronteira do estado do Paraná; imóvel de propriedade do Incra, matriculado junto ao 1º Ofício do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Foz do Iguçu/PR, sob nº 69.572, Livro 02, Ficha 001, do Registro Geral; considerando o disposto na Lei nº 6.383, de 1976, na Instrução Normativa Incra nº 80, de 2014, e na Norma de Execução Incra nº 115, de 2014, condicionado ao registro do competente ato de assentimento prévio à margem da matrícula do imóvel, bem como à atualização do acervo fundiário, em atendimento ao disposto nos arts. 2º e 17 da referida Norma e na Lei nº 6.634, de 1979; de acordo com a conclusão do Processo Incra nº 54200.000891/2014-81; o Despacho DFR/nº 13/2014, de 26 de setembro de 2014; o Despacho nº 312/2014/CGA/PFE-INCRA (DMS) e o Ofício nº 481/2014-P, datados de 29 de setembro de 2014; o Aviso nº 97/2014-MDA, de 30 de setembro de 2014, e a Nota SAAI-AP nº 168/2014-MF, expedida com ressalvas.

Nº 154 - Dar Anuência Prévia ao MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA para autorizar o acesso a componente do patrimônio genético, para fins de bioprospecção e desenvolvimento tecnológico, a se realizar no município de Porto Velho, na faixa de fronteira do estado de Rondônia, condicionada: (i) ao atendimento das exigências estabelecidas pelo CGEN de acordo com a legislação específica; e (ii) à eventual cassação em virtude de manifestação fundamentada em contrário de membro do Conselho de Defesa Nacional; de acordo com o Processo MMA nº 02000.001585/2014-14, a Nota Técnica nº 12/2014/DPG/SBF/MMA, de 8 de setembro de 2014, o Aviso nº 110/SBF/GM-MMA, de 18 de setembro de 2014, e a Nota SAAI-AP nº 169/2014-MF, expedida com ressalvas.

Nº 155 - Dar Anuência Prévia ao MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA para autorizar o acesso a componente do patrimônio

genético, para fins de bioprospecção e desenvolvimento tecnológico, a se realizar no município de Porto Velho, na faixa de fronteira do estado de Rondônia, condicionada: (i) ao atendimento das exigências estabelecidas pelo CGEN de acordo com a legislação específica; e (ii) à eventual cassação em virtude de manifestação fundamentada em contrário de membro do Conselho de Defesa Nacional; de acordo com o Processo MMA nº 02000.001587/2014-11, a Nota Técnica nº 13/2014/DPG/SBF/MMA, de 8 de setembro de 2014, o Aviso nº 109/SBF/GM-MMA, de 18 de setembro de 2014, e a Nota SAAI-AP nº 170/2014-MF, expedida com ressalvas.

Nº 156 - Dar Anuência Prévia ao MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA para autorizar o acesso a patrimônio genético para fins de desenvolvimento tecnológico, a se realizar no município de Porto Velho, na faixa de fronteira do estado de Rondônia, condicionada: (i) ao atendimento das exigências estabelecidas pelo CGEN de acordo com a legislação específica; e (ii) a eventual cassação em virtude de manifestação fundamentada em contrário de membro do Conselho de Defesa Nacional; de acordo com o Processo MMA nº 02000.001731/2013-21; a Nota Técnica nº 11/2014/DPG/SBF/MMA, de 5 de agosto de 2014; a conclusão do Aviso nº 101/SBF/GM-MMA, de 28 de agosto de 2014, e a Nota SAAI-AP nº 171/2014-MF, expedida com ressalvas.

JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA

PORTARIA Nº 40, DE 8 DE OUTUBRO DE 2014

Homologa a Norma Complementar nº 21/IN01/DSIC/GSIPR.

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, na condição de SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO DE DEFESA NACIONAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 6º e no art. 7º do Decreto nº 3.505, de 13 de junho de 2000, com nova redação dada pelo Decreto nº 8.097, de 4 de setembro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica homologada a Norma Complementar nº 21/IN01/DSIC/GSIPR que estabelece Diretrizes para o Registro de Eventos, Coleta e Preservação de Evidências de Incidentes de Segurança em Redes nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA

DIRETRIZES PARA O REGISTRO DE EVENTOS, COLETA E PRESERVAÇÃO DE EVIDÊNCIAS DE INCIDENTES DE SEGURANÇA EM REDES

ORIGEM
Departamento de Segurança da Informação e Comunicações

REFERÊNCIA LEGAL E NORMATIVA
Lei nº 12.737/2012, de 30 de novembro de 2012.
Art. 6º do Código de Processo Penal.
Decreto nº 1.171, de 22 de Junho de 1994.
Decreto nº 3.505, de 13 de junho de 2000.
Decreto nº 7724, de 16 de maio de 2012.
Decreto nº 7845, de 14 de novembro de 2012.
Instrução Normativa GSI/PR nº 01/2008 e suas respectivas Normas Complementares.
Instrução Normativa GSI/PR nº 02/2013 e suas respectivas Normas Complementares.
Portaria MCT nº 293, de 11 de Maio de 2007.
ISO/IEC 27037:2012 - Information the technology - "Security Techniques - Guidelines for Identification, collection, acquisition, and preservation of digital evidence".
RFC - Request for Comments: 3227 - February 2002 - "Guidelines for Evidence Collection and Archiving".
Portaria SLTI/MP nº 5 de 14 de junho de 2005: e-PING - Padrões de Interoperabilidade de Governo eletrônico.

CAMPO DE APLICAÇÃO
Esta Norma Complementar se aplica no âmbito da Administração Pública Federal, direta e indireta.

SUMÁRIO
1. Objetivo
2. Considerações Iniciais
3. Fundamento Legal da Norma Complementar
4. Conceitos e Definições
5. Dos Incidentes de Segurança em Redes Computacionais
6. Dos Requisitos para Adequação dos Ativos de Informação
7. Dos Procedimentos para Coleta e Preservação das Evidências
8. Da Comunicação às Autoridades Competentes
9. Das Responsabilidades
10. Vigência
11. Anexos

INFORMAÇÕES ADICIONAIS
Não há

APROVAÇÃO

RAPHAEL MANDARINO JUNIOR

Diretor do Departamento de Segurança da Informação e Comunicações

1 OBJETIVO

Estabelecer diretrizes para o registro, coleta e preservação de evidências de incidentes de segurança em redes computacionais dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta - APF e a comunicação às autoridades competentes.

2 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

2.1 É interesse do Estado e da sociedade a investigação e a responsabilização por condutas ilícitas que danifiquem ou exponham a segurança das redes e sistemas computacionais ou que possam comprometer a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade da informação na APF.

2.2 O processo de Gestão da Segurança da Informação e Comunicações abrange as atividades de registro de eventos, coleta e preservação de evidências de incidentes de segurança em redes computacionais, o qual inclui a identificação das causas e o tratamento dos incidentes.

3 FUNDAMENTO LEGAL DA NORMA COMPLEMENTAR

Conforme disposto no inciso II do art. 3º da Instrução Normativa nº 01, de 13 de Junho de 2008, do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), compete ao Departamento de Segurança da Informação e Comunicações (DSIC), estabelecer normas definindo os requisitos metodológicos para a implementação da Gestão de SIC pelos órgãos e entidades da APF e previsão contida no item 8.5 da Norma Complementar 08/IN01/DSIC/GSIPR, que estabelece as diretrizes para gerenciamento de incidentes em redes computacionais nos órgãos e entidades da APF.

4 CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para efeito desta Norma Complementar aplicam-se os seguintes conceitos e definições:

4.1 **Acesso:** ato de ingressar, transitar, conhecer ou consultar a informação, bem como a possibilidade de usar os ativos de informação de um órgão ou entidade.

4.2 **Agente responsável pela ETIR:** Servidor Público ocupante de cargo efetivo ou militar de carreira de órgão ou entidade da Administração Pública Federal, direta ou indireta incumbido de chefiar e gerenciar a Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais.

4.3 **Aquisição de evidência:** processo de coleta e cópia das evidências de incidente de segurança em redes computacionais.

4.4 **Ativos de Informação:** os meios de armazenamento, transmissão e processamento da informação; os equipamentos necessários a isso; os sistemas utilizados para tal; os locais onde se encontram esses meios, e também os recursos humanos que a eles têm acesso.

4.5 **Auditoria:** processo de exame cuidadoso e sistemático das atividades desenvolvidas, cujo objetivo é averiguar se elas estão de acordo com as disposições planejadas e estabelecidas previamente, se foram implementadas com eficácia e se estão adequadas (em conformidade) à consecução dos objetivos.

4.6 **Autenticação:** processo de identificação das partes envolvidas em um processo.